

# A atuação eleitoral do PCB como representação popular: um estudo de caso – as eleições de 1954 em São Paulo

The electoral performance of the PCB as popular representation: a case study – the 1954 elections in São Paulo

Murilo Leal Pereira Neto\*

**Resumo:** O presente artigo aponta o reconhecimento, pela bibliografia especializada, do PCB como representação majoritária do eleitorado operário em seu período de legalidade no pós-guerra nas regiões mais industrializadas do país. Demonstra como essa condição se construía na prática das campanhas eleitorais, na forma de promover o alistamento de novos eleitores, de financiar as campanhas e no lançamento de candidatos operários e populares. Argumenta que, em função dessa representação popular, o veto à atuação legal do PCB em 1947 e a seus candidatos por outras legendas nas eleições seguintes constituiu um dos elementos centrais da “internalização da Guerra Fria”, que restringiu o potencial democrático aberto de 1945 a 1947 a uma ordem liberal de classe.

**Palavras-chave:** eleições; Partido Comunista Brasileiro; classe operária.

**Abstract:** This article points out the recognition, by the specialized bibliography, of the PCB as the majority representation of the working class electorate in its period of legality in the post-war period in the most industrialized regions of the country. It demonstrates how this condition was built in the practice of electoral campaigns, in the way of promoting the registration of new voters, of financing campaigns and in the launch of workers’ and popular candidates. It argues that, due to this popular representation, the veto to the legal action of the PCB in 1947 and to its candidates by other parties in the following elections, constituted one of the central

---

\* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus Osasco. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8013-8007>. E-mail: [mlealpereira@terra.com.br](mailto:mlealpereira@terra.com.br).

elements of the “internalization of the Cold War”, which restricted the democratic potential open from 1945 to 1947 to a liberal class order.

**Keywords:** Elections; Communist Party; Working class.

**O** PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) teve participação intensa em todo o ciclo eleitoral do período 1945-1964, colhendo resultados expressivos quanto à quantidade de votos e tamanho das bancadas, e muito significativos quanto à qualidade política das experiências realizadas, seja no período da legalidade (1945-1947) como também após a cassação de seu registro. Candidatos comunistas lançados em legenda própria ou por outras bandeiras frequentemente foram bem votados, notadamente em regiões operárias, e o veto a sua presença no sistema partidário e a perseguição a seus candidatos e parlamentares sempre atingiu direta ou indiretamente os direitos políticos dos trabalhadores, definindo, conseqüentemente, os contornos de uma “democracia de classe” e mesmo anunciando a total liquidação do Estado de Direito. Não obstante a variedade e qualidade dos estudos realizados sobre o assunto, é correto afirmar que há muito, ainda, por conhecer e interpretar. O presente artigo propõe-se, assim, a contribuir para o enriquecimento das informações e análises sobre a participação eleitoral do PCB no período democrático de 1945-1964, tendo como foco as eleições para deputado estadual, federal, senador e governador em 1954 na cidade de São Paulo.

O texto está organizado da seguinte forma: na primeira parte faz-se uma breve sinopse do tratamento dado à participação eleitoral dos comunistas em trabalhos de historiadores, cientistas políticos e memorialistas. Na seção seguinte nos debruçamos sobre o conteúdo político da campanha eleitoral do PCB em 1954: quais eram os propósitos, estratégias e práticas empreendidas? O que a linha partidária prescrevia e o que os candidatos comunistas faziam na prática? Em seguida é feita uma análise dos resultados obtidos em 1954, comparando-os com o último pleito em que o PCB concorreu na legalidade em janeiro de 1947. Finalmente, na última seção, ponderamos sobre as diversas ações repressivas à participação eleitoral dos comunistas como estratégias de bloqueio à representação dos trabalhadores, configurando um tipo de democracia restrita, buscando jogar luz sobre suas características específicas, ofuscadas pelos adjetivos “liberal” ou “populista”.

## A presença eleitoral do PCB: balanço de debates

A BIBLIOGRAFIA que trata da participação eleitoral do PCB no período 1945-64 como assunto principal é escassa, embora extensa seja a que aborda o tema como parte de debate mais amplo sobre democracia, representação política da classe trabalhadora ou história do comunismo no Brasil. Entre os primeiros, devem ser mencionados *A classe operária vai ao Parlamento*, de

Dainis Karepovs,<sup>1</sup> e *A esquerda positiva*, de Gildo Marçal Brandão.<sup>2</sup> Como parte dos últimos, encontramos um amplo leque de obras acadêmicas, partidárias e memorialísticas. Cabe ressaltar que apenas os trabalhos acadêmicos constituíram o PCB e as eleições como objeto de interesse específico, dedicando-se os demais à elaboração de narrativas sobre a saga das causas e lutas partidárias ou sobre a trajetória dos líderes e militantes.

Entre os trabalhos acadêmicos, de modo geral, encontram-se aqueles que trataram do assunto em nível nacional<sup>3</sup> e os que realizaram estudos de caso delimitados a regiões determinadas.<sup>4</sup> Ambas as séries apresentam análises relevantes e, em grande parte, convergentes, como veremos, mas as diferenças de escala implicaram (embora não em todos os casos) abordagens mais quantitativas e gerais nos estudos nacionais e qualitativas e compreensivas nos estudos de caso.

Para os propósitos deste texto, importa destacar a temática da **relação entre comportamento eleitoral e condição e consciência de classe**.

O texto pioneiro de Aziz Simão apresenta-se como um trabalho “sobre o voto operário e a consciência de classe na capital de São Paulo” e, pode-se dizer, assenta uma pedra fundacional, seja por suas estratégias metodológicas, seja por sua problemática.<sup>5</sup> A hipótese mais geral do autor é de uma correspondência entre o crescimento do eleitorado operário em São Paulo, após 1945, e uma tendência de voto no PCB e no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O escopo do artigo é estabelecer empiricamente essa relação; discernir as características singulares do eleitorado pecebista e petebista em termos políticos, culturais e sociológicos; delimitar o fenômeno no tempo e propor uma agenda de questões para pesquisas futuras.

O autor adota critérios socioprofissionais para a definição de classe e não problematiza a relação entre essa condição e as formas de consciência. Trata-se, segundo Simão, de investigar a “correlação entre a **composição profissional** do eleitorado e a votação recebida pelo PCB e PTB”. A própria terminologia empregada pode confundir o leitor, pois são adotadas duas classificações distintas e não isentas de ambiguidades: na nota 2 Simão esclarece: “Incluímos na rubrica **operários** as seguintes categorias: **industrialários**, ferroviários, transportes, **operários** e marítimos”, levando a crer que as duas aparições da categoria “operários”, ora

1 KAREPOVS, Dainis. **A classe operária vai ao Parlamento**: o bloco operário e camponês do Brasil (1924-1930). São Paulo: Alameda, 2006.

2 BRANDÃO, Gildo Marçal. **A esquerda positiva**: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964. São Paulo: Hucitec, 1997.

3 Entre estes, destacam-se os trabalhos de Gildo Marçal Brandão e Dainis Karepovs, já mencionados, como também: CHILCOTE, Ronald H. **Partido Comunista Brasileiro**: conflito e integração. Rio de Janeiro: Graal, 1982; e SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difel, s/d.

4 Alguns exemplos: FRENCH, John D. **O ABC dos operários**: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo: Hucitec; Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André 1995 (para Santo André); GONÇALVES, Alcindo. **Lutas e sonhos**: cultura política e hegemonia progressista em Santos – 1945-1962. São Paulo: Unesp; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995; e SILVA, Fernando Teixeira da. **A carga e a culpa**: os operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade – 1937-1968. São Paulo: Hucitec; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995 (para Santos); FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). Rio de Janeiro: FGV, 2008 (para esse bairro paulistano).

5 SIMÃO, Aziz. O voto operário em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 1, p. 131-141, dez. 1956.

abrangendo quatro outras, ora como categoria específica, tenha se dado por lapso. Ao longo do texto, o autor parece sempre empregar “operários” no sentido lato apresentado acima e “industriários” para designar os trabalhadores fabris. Em outra passagem, indicativa do critério adotado para analisar classe, Simão compara as taxas mínimas e máximas de eleitores operários e de “diferentes profissões” em áreas mais e menos densamente operárias da capital. Nesse trecho o sociólogo emprega duas outras rubricas classificatórias de diversas profissões do mundo do trabalho: “domésticas” e “empregados”, estes incluindo comerciários, bancários, servidores públicos, militares e enfermeiros. Entretanto, o texto se concentra na análise do comportamento eleitoral dos “operários” e dos “industriários”.

O autor opera, então, com uma estratégia dita “socioecológica” na ciência política, a fim de testar empiricamente a hipótese inicial.<sup>6</sup> São Paulo é dividida em duas grandes áreas: a primeira reunindo distritos com taxa de eleitores operários inferior a 40% do total de inscritos no distrito e a segunda com percentuais que iam de 44,17% a 81,97%, pelo mesmo critério. A área mais densamente operária em termos de eleitorado, por sua vez, foi dividida em quatro “zonas eleitorais operárias”, segundo critérios históricos, referentes ao processo de industrialização e urbanização, e de densidade eleitoral.

As eleições estudadas foram as realizadas em janeiro de 1947, para governador, senador, cinco vagas de deputados federais e 75 de estaduais. Os resultados embasam a hipótese da correlação, pois, enquanto na área com densidade de eleitorado operário inferior a 40%, o percentual recebido pelas legendas comunista e trabalhista somadas foi de 34,81%; nas quatro zonas pertencentes à área mais densamente operária o percentual mais baixo foi de 49,46% (4ª zona) e o mais alto de 66,77% (3ª zona). Adotando outro caminho, Simão lança mão de coeficientes de regressão para confirmar a correlação entre eleitores operários e voto nas legendas mencionadas e ainda recorta os “industriários”, entre os operários, constatando a preferência destes pelo PCB.

A argúcia e pioneirismo do estudo de Simão se destacam, além do que já foi apresentado, por três outros aspectos. O primeiro é a combinação de métodos quantitativos e qualitativos, tais como “observação participante”, “entrevistas informais e uma dezena de outras formais”, “publicações e propagandas eleitorais” e mesmo “um grande número de informações fortuitas”. O segundo aspecto é a preocupação em captar as diferentes nuances sociológicas e políticas distintivas dos eleitores do PCB e do PTB e, finalmente, a terceira marca reside na sensibilidade de delimitar o fenômeno no tempo. Segundo o autor, “o PCB, na ilegalidade, perdeu a posição de um dos grandes orientadores da votação operária, e particularmente industriária, a qual foi monopolizada, em 1950, pela coligação PTB-PSP (Partido Social Progressista)”.<sup>7</sup>

6 LAMOUNIER, Bolívar. Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente. In: LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique (org.). **Os partidos e as eleições no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 19.

7 SIMÃO, op. cit., p. 140.

Cabe, finalmente, assinalar que uma parte da agenda de pesquisa proposta no artigo, concernente ao estudo do comportamento político e eleitoral do proletariado relacionado às “peculiaridades sócio-históricas de formação do atual *continuum* rural- urbano”, identificando vinculações “paternalísticas” e “carismáticas” na conduta dos eleitores, cristalizou-se posteriormente, em outros estudos, em uma rígida tese sobre o populismo. Ao contrário, a outra parte da agenda, suscitada pelas metodologias e perguntas contidas no próprio artigo, pode-se dizer que inspirou estudos de caso que enfraqueceram aquelas teses sociológicas sobre o fenômeno populista.

As temáticas da relação entre votação no Partido Comunista e condição e consciência de classe; das profundas consequências da ilegalidade do partido para o processo de formação da classe como sujeito político e da interação entre as dinâmicas do eleitorado do PCB e o “populismo” comparecem, recebendo outro tratamento, no livro de Gildo Marçal Brandão antes mencionado. Para o autor, o “terreno privilegiado” para a elaboração da identidade da classe operária é o da política, da relação com o Estado e com a política institucionalmente considerada e, principalmente, com o partido. Por isso, as determinações sociológicas, reputadas estruturais, do comportamento político, não seriam mais importantes do que a exclusão do PC do processo eleitoral. Como enfatiza o autor: “A inexistência de um partido operário legal na arena política tornava ostensivamente lento e difícil o processo de formação de uma consciência política de classe, pela simples e boa razão de que nenhum movimento social chega a construir uma identidade na clandestinidade”.<sup>8</sup>

O fio da ideia da “perda de posição” do PCB no balizamento do voto operário para a coligação PTB-PSP, nos anos 1950, proposta por Simão, é retomado por Brandão, enfatizando suas consequências para a formação da própria classe como sujeito:

A consequência direta, imediata e permanente do veto à representação política das classes subalternas foi impedir a constituição de uma expressão “regular” da corrente socialista de massas existente no país, facilitando sua subordinação ao populismo com a qual em seguida se aliará.<sup>9</sup>

À diferença do artigo de Simão, em seu livro Brandão não desenvolve pesquisa empírica sobre experiências eleitorais do PCB. Das páginas 184 a 188 apresenta um comentário geral do desempenho eleitoral das candidaturas pecebistas em nível nacional, de 1947 a 1962, cometendo alguns deslizes, como a afirmação de que Ralph Zumbano e Ariel Tommasini, eleitos deputados estaduais em 1954, respectivamente pelo PTB e o Partido Republicano Trabalhista (PRT), não teriam sido diplomados; que em 1962 elegeram-se quatro deputados comunistas pelo PRT, quando na verdade elegeram-se seis, dois federais (Geraldo Rodrigues dos Santos e Rio Branco Paranhos) e quatro estaduais (Luiz Tenório de Lima, Mario Schenberg, Oswaldo Lourenço e Francisco Luciano Lepera), todos pelo PTB, além de tropeços menores, como a afirmação de que, em 1954, Abguar Bastos teria sido eleito deputado federal pelo

8 BRANDÃO, op. cit., p. 169.

9 Idem, p. 172.

Partido Socialista Brasileiro (PSB), quando, de fato, ele fez parte da chapa da Panela Vazia, lançada na legenda do PTB, além da indicação de que Geraldo Rodrigues dos Santos teria recebido 33 mil votos em 1962, e não 35 mil, como de fato ocorreu.

Esses lapsos não embotam a profundidade e a destacada qualidade das análises desenvolvidas no livro, apenas ilustram que a própria experiência de participação nas eleições não foi seu objeto central, mas sim um balanço das estratégias partidárias e suas consequências para a formação da esquerda e do proletariado como sujeito político. A ênfase sobre o que poderia ter sido a consciência política de classe com um PCB legal deixou em plano secundário o estudo sobre o que aquela forma de consciência realmente foi.

O estudo clássico de Gláucio Ary Dillon Soares estabelece algumas balizas fundamentais para a interpretação da trajetória eleitoral dos comunistas no período da legalidade, a partir de dados agregados de votação em nível nacional. Em suma, o autor conclui:

1. O PCB possuía uma “base de classe bastante definida”: o proletariado.
2. Das eleições de 1945 às de 1947, foi o partido que manteve a mais estrita fidelidade de seu eleitorado, correspondendo a 95%.
3. De 1945 a 1947, os votos no PCB guardam uma elevada e crescente correlação positiva com a condição urbana do eleitorado, com a intensidade de industrialização das regiões e uma correlação negativa com a alfabetização, constatando que sua penetração foi mais fácil em áreas urbano-industriais com baixo desenvolvimento social, onde, por exemplo, “o desemprego fosse maior e o nível de vida das classes populares fosse mais baixo”.<sup>10</sup>
4. O PTB também é identificado como uma “opção política das classes trabalhadoras”, mas a correlação entre a votação recebida e as taxas de alfabetização é positiva, pelo menos de 1945 a 1950, caracterizando-se como “partido essencialmente urbano que penetrava, basicamente, nos estados desenvolvidos”.<sup>11</sup>
5. A ilegalidade do PCB veio beneficiar eleitoralmente o PTB.

Voltaremos a debater essas questões ao longo do texto, cabendo, por enquanto, apenas apresentá-las.

Por falta de espaço, da rica bibliografia baseada em estudos de caso do desempenho eleitoral do PCB, selecionamos dois trabalhos de John French: o livro *O ABC dos operários* e o artigo “Los trabajadores industriales y el nacimiento de la República Populista”, pelo caráter inovador de ambos. Ao contrário de opor comunismo e populismo como formas antagônicas de consciência de classe, o autor ressalta sua relação e compatibilidade, pelo menos no Brasil do pós-guerra. Em suma, o historiador postula que, ao invés de dificultar o desenvolvimento de uma consciência de classe entre os trabalhadores, os chamados populistas de Getúlio

<sup>10</sup> SOARES, op. cit., p. 225.

<sup>11</sup> Idem, p. 230.

serviram como “ponto de reunião” que contribuíram para unificar a classe operária e aumentar sua autoconfiança.<sup>12</sup>

Em escala estadual, nas eleições de 1945 e 47, coube a Adhemar de Barros, em aliança com o trabalhismo ou competindo com ele, ocupar o espaço aberto para a representação eleitoral operária e popular. O PCB, disputando, na condição de adversário/aliado, uma fatia do mesmo eleitorado do PSP, apoiou o líder desse partido na campanha vitoriosa para o governo do estado em janeiro de 1947, inaugurando um longo e oscilante período de alianças eleitorais. No mesmo pleito elegeu dois de seus principais dirigentes, Pedro Pomar e Diógenes Arruda Câmara, deputados federais pelo PSP.<sup>13</sup>

O autor identifica evidências de um “comportamento eleitoral classista”, tanto na eleição do deputado estadual pecebista Armando Mazzo, um líder sindical marceneiro recém-saído da prisão, como no repúdio a candidaturas de empresários como Roberto Simonsen e Armando de Arruda Pereira – respectivamente dono e gerente da Cerâmica São Caetano –, e no voto em Adhemar para governador. Segundo o historiador, “a eleição de Adhemar, de dois deputados federais do PCB e de fortes bancadas do PTB e do PCB na assembleia estadual permitiu antever um reinício para o proletariado de São Paulo”.<sup>14</sup>

A qualidade específica da campanha eleitoral dos comunistas estava na abertura de suas listas de candidatos aos operários e em sua política de combinar participação nas eleições com a organização de base.<sup>15</sup> Na disputa de novembro de 1947, para as câmaras de vereadores, vice-governança do estado e algumas prefeituras, os comunistas lançaram em Santo André uma lista com 81% de candidatos operários, sob a sigla do Partido Social Trabalhista (PST), para um contingente de 60% de eleitores dessa categoria, em contraste com um percentual de 36% na chapa do PTB e 14% dos partidos “da elite” (PSD – Partido Social Democrático, UDN – União Democrática Nacional e PSP).<sup>16</sup> Obteve a maior votação, elegendos 13 dos 30 vereadores, além do prefeito, o próprio deputado estadual Armando Mazzo. E não só em Santo André os comunistas foram campeões de voto, mas também em São Paulo, Sorocaba e Santos.<sup>17</sup>

12 FRENCH, John D. Los trabajadores industriales y el nacimiento de la República Populista en Brasil (1945-1946). In: MACKINNON, María Moira; PETRONE, Mario Alberto (Comp.). **Populismo y neopopulismo en América Latina**: el problema de la Cenicienta. Buenos Aires: Eudeba, 1999. p. 65.

13 Segundo Regina Sampaio, Franklin de Almeida, o terceiro deputado eleito pelo PSP, também seria comunista. Aquelas foram eleições complementares para a Câmara Federal, cf. SAMPAIO, Regina. **Adhemar de Barros e o PSP**. São Paulo: Global, 1982.

14 FRENCH, 1995, op. cit., p. 204.

15 Desde a pesquisa de Simão, são frequentes nos estudos a menção a “grupos organizados nos locais de trabalho” e “sedes nos bairros”, cf.: SIMÃO, op. cit., p. 140. Em Santo André, os vereadores e prefeito eleitos e não empossados apelaram para a “organização popular em sindicatos, grupos de bairro, clubes e corporações”, cf.: FRENCH, 1995, op. cit., p. 235. A organização de base não significava, porém, ampla abertura para a intervenção democrática no processo eleitoral, como critica Frederico José Falcão, cf. FALCÃO, Frederico José. **Os homens do passo certo**: o PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961). São Paulo: Sundermann, 2012. p. 75.

16 FRENCH, 1995, op. cit., p. 231.

17 Idem, p. 234.

Entretanto, reunido na véspera da posse, o TSE cassou os mandatos dos vereadores e prefeito comunistas antes do seu exercício, entregou a prefeitura ao candidato derrotado e distribuiu os votos dos vereadores cassados entre os demais partidos, demonstrando que as eleições municipais em Santo André não foram democráticas e representativas,<sup>18</sup> já que o partido mais votado em janeiro fora proscrito em maio. Ao contrário, ficou patente que “as elites políticas, militares e econômicas do Brasil não estavam nada dispostas a aceitar as vitórias eleitorais do PCB em 9 de novembro como preço inevitável do regime democrático”.<sup>19</sup> Como a articulação anticomunista apontada por French repetiu-se em todas as eleições seguintes, e ampliou-se, envolvendo também a imprensa, a Igreja, o Poder Judiciário e todo o sistema político, ativa ou passivamente, é legítimo qualificarmos a democracia vigente como um regime “de classe”, no qual a representação política das classes subalternas era restringida, como tentaremos demonstrar a seguir.

Quanto à presença da questão eleitoral nas obras memorialísticas, apresentaremos apenas um exemplo. Nas eleições de 1962, o líder sindical portuário Geraldo Rodrigues dos Santos foi eleito deputado federal pelo PTB, ficando em segundo lugar na lista, à frente de Ivete Vargas, por exemplo, mas teve o mandato cassado pelo TRE. Nas 140 páginas da biografia, redigida por Lincoln de Abreu Penna com base em depoimentos do personagem, encontramos tão somente breves sete linhas sobre a epopeia de sua campanha. De onde vieram os 35 mil votos? Por que teve tão expressiva votação, muito superior ao outro candidato comunista, o advogado trabalhista Rio Branco Paranhos (26.231 votos)? Qual o significado político e cultural para a época de tamanho apoio a um portuário comunista negro que cursara apenas o primário? O que pesou mais para seu êxito eleitoral: a condição de portuário, de comunista, de negro? Como foram recebidas e avaliadas as impugnações? Foram percebidas como um sério golpe aos direitos políticos e à democracia? Que repercussão teve a campanha pela posse dos eleitos? O PTB engajou-se firmemente ou o fato de os votos terem sido “transportados para a legenda” satisfiz a burocracia partidária? Geraldo registra apenas:

Quando fui eleito em 1962 para a Câmara Federal com cerca de 40 mil votos, seu apoio [refere-se a Mario Schenberg – nota M. Leal] proporcionou-me a passagem necessária junto ao meio universitário e científico, uma vez que Schenberg era uma figura respeitada nacional e internacionalmente. Lamentavelmente, o anticomunismo reinante em São Paulo, em particular, impediu-nos de ser declarados eleitos pela justiça eleitoral, ele para a Câmara Estadual. Os recursos foram em vão.<sup>20</sup>

## A estratégia eleitoral do PCB na campanha de 1954

EM 1954 as eleições ocorreram em 3 de outubro e, em São Paulo, foram disputados o governo estadual, duas das três cadeiras de senador, 44 vagas na Câmara dos Deputados,

18 Idem, p. 230.

19 Idem, p. 236.

20 PENNA, Lincoln de Abreu. **A trajetória de um comunista**. Rio de Janeiro: Revan, 1997. p. 109.

75 na Assembleia Legislativa e as prefeituras e vereança em 66 municípios recém-criados.<sup>21</sup> O contexto eleitoral<sup>22</sup> foi abalado pelo dramático suicídio do presidente Getúlio Vargas em 24 de agosto, gerando uma competição entre todos os partidos e coligações pela interpretação do que seria o legado do trabalhismo e por sua atualização. A mudança de rumo da campanha comunista foi particularmente notável, como veremos.

Para o movimento operário, o contexto foi influenciado também pela experiência inaugural de um novo tempo político, ocorrida mais de um ano antes, mas geradora de uma cadeia de acontecimentos que teriam fortes repercussões eleitorais em 1954. A Greve dos 300 Mil, sustentada por metalúrgicos, têxteis, gráficos, marceneiros e vidreiros, com duração de 26 de março a 23 de abril de 1953, fomentou a organização do Pacto de Unidade Intersindical (inicialmente denominado Comissão Intersindical do Estado de São Paulo – Cispes), em setembro do mesmo ano;<sup>23</sup> estimulou também a campanha salarial unificada de metalúrgicos, têxteis, gráficos, marceneiros, trabalhadores da construção civil e em laticínios, a partir de junho de 1954; gerou condições para a greve geral de 2 de setembro de 1954 e, pesando diretamente no pleito eleitoral, favoreceu a realização da Convenção dos Dirigentes Sindicais, em 11 de abril de 1954. Nesse encontro foi lançado um extenso programa político-eleitoral, de 23 pontos, que deveria ser defendido pelo conjunto de candidatos saídos de reuniões sindicais e de bairro, lançados por diversas siglas partidárias.

A atuação eleitoral do PCB em 1954 foi condicionada por esses processos, (fortalecimento da autonomia do movimento sindical após a Greve dos 300 Mil, revigoramento e disputa pelo legado trabalhista após a morte de Vargas) e será analisada em duas perspectivas: a da estratégia partidária no contexto eleitoral e a das campanhas de alguns de seus candidatos. Esta abordagem parte da hipótese da existência dos “dois PCs”, como desenvolvido por Hélio da Costa e Marco Aurélio Santana, entre outros autores. Ambos recusam a ideia de uma organização monolítica, em que as práticas seriam determinadas pela linha emanada dos organismos dirigentes.<sup>24</sup>

21 Site do TRE paulista, <http://www.tre-sp.jus.br>. Acesso em: 6 ago. 2019.

22 Segundo a Ciência Política, o contexto eleitoral é formado pelos temas que incidem na tomada de decisão do eleitorado em cada eleição. Ora podem pesar mais os problemas locais, o que geralmente ocorre em pleitos municipais, ora problemas nacionais, como o custo de vida. Como observa Seymour Lipset, as forças conservadoras tentam sempre reduzir a saliência das questões de classe na política e nos contextos eleitorais, procurando “realçar sempre as questões alheias às classes, tais como a defesa militar, a política externa, a corrupção etc.” Cabe, portanto, analisar as pautas que prevaleceram em cada contexto eleitoral e porque isto aconteceu, cf.: LIPSET, Seymour Martin. **O homem político**. São Paulo: Urupês, 1967. p. 321.

23 Informações sobre a formação da Cispes podem ser encontradas no Dossiê Dops 50-Z-315-297; e em ALMEIDA, Márcia Mendes de. **O Sindicato dos Têxteis em São Paulo: história (1933-1957)**. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH/USP, 1981. p. 208.

24 COSTA, Hélio da. **Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra**. São Paulo: Scritta, 1995, p. 8; SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Unirio, 2001. p. 58 e 213.

## Estratégia partidária no contexto eleitoral segundo o Projeto de Programa do PCB

DESDE JANEIRO de 1954, o jornal *Voz Operária*, veículo de imprensa oficial do partido, vinha divulgando o *Projeto de Programa do Partido Comunista*, visando o IV Congresso, que seria realizado de 7 a 11 de novembro. Pelo menos três de suas proposições tiveram efeitos diretos na atuação eleitoral: 1) a defesa da “mais ampla frente anti-imperialista e antifeudal”; 2) a proposta de “substituição do governo Vargas” por uma “revolução democrática de libertação nacional”, com a formação de um “governo democrático de libertação nacional”; e 3) a crítica aos limites da democracia classista vigente.

É plausível supor que a primeira proposição tenha influenciado para o aparente esvaziamento do projeto político-eleitoral apresentado na Convenção dos Dirigentes Sindicais e para sua substituição pela Coligação Eleitoral pelo Progresso de São Paulo, que lançou os candidatos da “Panela Vazia”. A primeira foi realizada em abril de 1954, reuniu cerca de 800 delegados e foi precedida por assembleias de categorias profissionais, que indicaram nomes de candidatos a postos legislativos, todos eles trabalhadores, a serem referendados na convenção. Foi aprovado um extenso programa de reformas sociais, econômicas e políticas, com vinte e três pontos, que deveria ser obrigatoriamente defendido pelos candidatos. Apesar de extenso, vale a pena apresentá-lo na íntegra:

1. Estender os benefícios da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo;
2. Adaptação da CLT à Constituição Federal: liberdade de greve e participação nos lucros;
3. Lei Orgânica da Previdência Social, de acordo com as resoluções do I Congresso Brasileiro de Previdência Social;
4. Direito de participação das entidades sindicais na fiscalização das leis trabalhistas;
5. Isenção do imposto de renda para os trabalhadores;
6. Lutar pela estabilização do custo de vida especialmente no campo do congelamento de preços;
7. Lutar pela unidade, autonomia e liberdade sindical;
8. Reforma da legislação de acidentes de trabalho, para que os trabalhadores acidentados percebam a mesma remuneração quando em trabalho;
9. Criar com as verbas dos institutos e caixas bancos de empréstimos populares;
10. Lutar pela extinção do Fundo Sindical Social, e devolução do dinheiro deste órgão para os sindicatos;
11. Reforma da Justiça do Trabalho e da parte processual para julgamento mais rápido e eficiente;
12. Lutar contra a assiduidade em todas as suas formas;<sup>25</sup>

25 Refere-se à Lei n. 605, de 5 de janeiro de 1949, que regulamentava o repouso semanal remunerado. Para ter

13. Lutar pela reforma da lei do cooperativismo;
14. Lutar pela escala móvel de salário e pelo salário básico profissional;
15. Lutar pelo imposto único;
16. Lutar pela reforma agrária;
17. Lutar pela nacionalização das empresas de energia elétrica e todas as empresas estrangeiras que afetam sobremaneira a economia nacional;
18. Lutar pela nacionalização da exploração, industrialização e distribuição do petróleo de nosso país e todas as riquezas de nosso subsolo;
19. Facilitar o incremento da agricultura e mais facilidades de distribuição nos centros consumidores;
20. Lutar pela liberdade de comércio do Brasil com todos os países do mundo indistintamente;
21. Liberdade de imprensa, escrita, falada e televisionada;
22. Lutar pela liberdade de pensamento, palavra e organização;
23. Lutar pela moralização da administração pública.<sup>26</sup>

O movimento iniciado em abril (na Convenção dos Dirigentes Sindicais) propunha-se a renovar a política “de baixo para cima”, como diz o manifesto lançado em janeiro, convocando a convenção: “De baixo para cima é que os trabalhadores poderão realmente participar diretamente das eleições, indicando os seus representantes diretos com compromissos claros com as suas classes e sem nos dividirmos politicamente”.<sup>27</sup> Seu *slogan* era: “Trabalhador não vota em tubarão – trabalhador vota em trabalhador”. Os comunistas apoiaram e participaram da convenção, aprovando o nome de alguns de seus líderes sindicais como candidatos:

Para deputado federal: Antônio Chamorro, operário têxtil, líder da Greve dos 300 Mil, pelo PTB, teve seu nome indeferido pelo TRE; José de Araújo Plácido, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, sem registro de candidatura no TRE; Armando Mazzo, marceneiro, pelo PTB, sem registro de candidatura no TRE; Ramiro Luchesi, ferroviário, presidente da Confederação dos Trabalhadores do Brasil, vereador por Campinas pelo PTB, vice-presidente da Federação Sindical Mundial, sem registro de candidatura no TRE.

Para deputado estadual: Celgio Valvassore, presidente do Sindicato dos Marceneiros, pelo PST, não foi eleito; José da Rocha Mendes Filho, secretário da Federação Nacional dos Gráficos, pelo PTB, eleito como mais votado na legenda.

---

o direito ao repouso previsto em lei, o trabalhador não poderia ter qualquer atraso na semana anterior. Este princípio foi incorporado depois pela Justiça do Trabalho nos acordos e dissídios coletivos e ficou conhecido como “assiduidade integral”. Os atrasos implicavam perda de parte do salário correspondente ao descanso semanal remunerado, além de outras penas. O movimento sindical reagiu criando uma entidade nacional: Ciscal (Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral), cf. LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da UnB, 1988. p. 285.

26 Dossiê Dops 30-B-232, f. 242.

27 Dossiê Dops 30-B-232, f. 203.

Além dos candidatos comunistas, sindicalistas “independentes”, como Milton Marcondes (bancário) e Nelson Rusticci (têxtil), entre outros, também foram lançados. Observando os nomes vinculados ao PCB, percebe-se três situações diferentes: os que concorreram, os que tiveram seus nomes indeferidos e os que nem tentaram obter o registro, possivelmente cientes de que seriam vetados, e fizeram campanha apenas de propaganda. A maioria não obteve registro legal, situação que pode ter fortalecido, para os próprios membros e apoiadores do partido, a estratégia da “ampla frente anti-imperialista e antifeudal” e enfraquecido um projeto de afirmação da classe trabalhadora como sujeito político. Conforme questiona Brandão, como acumular experiência de participação política autônoma com a classe sem a possibilidade de uma atuação aberta e legal?

Não está inteiramente esclarecida a relação entre o esvaziamento do movimento iniciado na convenção de abril (que era, para alguns envolvidos, um momento da formação de uma Frente dos Trabalhadores Brasileiros, alternativa ao PTB), o veto a várias de suas candidaturas e o surgimento da Coligação Eleitoral pelo Progresso de São Paulo, que realizou uma convenção em 19 de agosto de 1954 e lançou os candidatos da Panela Vazia, a maioria pelo PTB. Nossa hipótese é que, desestimulado pelo veto a seus candidatos operários e orientando-se pela estratégia da frente ampla, os comunistas deixaram o movimento criado na convenção de abril esvaziar-se e fomentaram a coligação. Esta se diferenciava do anterior em pelo menos dois aspectos mais notáveis: a) acolhia candidaturas de políticos ou personalidades pertencentes às elites intelectuais e militares, como o general Leônidas Cardoso, o escritor Jorge Amado ou o político-escritor Abguar Bastos; b) defendia uma plataforma programática incluindo pontos de interesse da burguesia paulista, tais como “abolição dos impostos extorsivos que pesavam sobre o comércio e a indústria e garantia de crédito fácil e imediato para os pequenos e médios industriais, comerciantes e pecuaristas; proteção ao parque industrial paulista (...) Solução para a falta de matérias-primas e de financiamento”. A plataforma também contemplava as demandas da população pobre por assistência social, como “criação de hospitais, maternidades, centros de puericultura e ampliação da rede de água e esgoto na capital e no interior; combate ao analfabetismo com a criação de novos grupos escolares e a distribuição gratuita de material escolar”, negligenciados no programa da convenção de abril.<sup>28</sup>

Concluindo, pode-se afirmar que a forma política que ganhava corpo na convenção de abril tinha como protagonista e nexos estruturantes uma classe social, os operários, apontados como “vanguarda dos eleitores”. Sua afirmação na esfera pública era a via da renovação política e da transformação social. Esse projeto, porém, não acumulou forças para superar limitações corporativas que toda a política de classe contém. Seu programa representava primordialmente os interesses dos trabalhadores formais e organizados e seus candidatos sindicalistas não tiveram votos. O PCB apoiou a iniciativa em abril, mas em agosto aparecia

28 Programa da Coligação Eleitoral pelo Progresso de São Paulo, que é intransigentemente defendido pelos candidatos da Panela Vazia. **Notícias de Hoje**, São Paulo, 12 set. 1954.

envolvido com outro projeto político que não tinha a classe como sujeito, mas sim “o povo brasileiro”, “a esmagadora maioria da nação”, nucleada, é verdade, pela “grande aliança de operários e camponeses”, segundo a fórmula: “Em torno da grande aliança de operários e camponeses, cerrarão fileiras, portanto, todas as forças progressistas do Brasil”.<sup>29</sup> Tratava-se, cabe notar, de um modelo populista alternativo ao trabalhismo getulista, acusado de tudo fazer para facilitar “a completa colonização do Brasil pelos Estados Unidos”, propugnando pela formação de “um governo democrático de libertação nacional”.

## Guinada tática após o suicídio de Vargas

APÓS O SUICÍDIO do presidente, os comunistas deram uma guinada acentuada. No “Manifesto eleitoral do Partido Comunista do Brasil”, publicado em 7 de agosto, por exemplo, proclamava-se: “O governo de Vargas é um governo de traição nacional. Sua política de completa submissão aos governantes norte-americanos manifesta-se em todos os aspectos da vida do país”.<sup>30</sup> No dia 28 de agosto, quatro dias, portanto, após a tragédia, o discurso mudara: “Por trás do governo do sr. Café Filho está o imperialismo ianque (...) Vargas, ao se suicidar, revelou que o imperialismo norte-americano é o principal responsável pelos acontecimentos que culminaram com a sua deposição”.<sup>31</sup> Entretanto, a guinada não foi estratégica: a mesma linha de frente patriótica, que pode ser designada como populista, manteve-se, apenas sendo acrescentado o reconhecimento de um dado de realidade: o getulismo era o líder desse projeto em nível nacional. A repercussão da mudança na atuação eleitoral consistiu na dissolução da Coligação Eleitoral pelo Progresso de São Paulo, que tinha como candidato a governador o general Leônidas Cardoso, e na aliança com o PTB, que acolheu todas as candidaturas comunistas sob a bandeira do “movimento da Panela Vazia”. Cardoso, então, concorreu a deputado federal e elegeu-se.

Apesar da aliança com o PTB após o 24 de agosto, o Partido Comunista se diferenciava muito do trabalhismo. Não era, como aquele, um “partido da ordem”, pois encontrava-se na ilegalidade e dependia de uma base operária organizada e do eleitorado proletário urbano. Por isso, o terceiro aspecto marcante de sua atuação eleitoral foi, justamente, a denúncia dos limites da democracia restrita vigente, um regime político classista. Paradoxalmente, o partido que fora proscrito sob alegação de defender programa e ações que contrariavam o regime democrático, “baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem”, como rezava o artigo 141, § 13 da Constituição, era o único a denunciar sistematicamente os limites da democracia vigente, forçando por sua ampliação.

O capítulo sobre o “Regime político democrático popular” do projeto de programa do PCB não apresenta a mínima menção a comunismo, *soviets* ou ditadura do proletariado. Trata-se

29 Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, p. 5, 2 jan. 1954.

30 Manifesto Eleitoral do Partido Comunista do Brasil. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, p. 1, 7 ago. 1954.

31 Não dar tréguas aos inimigos do povo encastelados no Catete. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, p. 3, 28 ago. 1954.

de proposições por uma radicalização da democracia e pela superação de suas restrições de classe com uma visão abrangente e moderna, incluindo direitos de mulheres e indígenas e, por isso mesmo, suspeita-se, o partido foi posto na ilegalidade e perseguido. Sintetizando as principais transformações: 1) Abolição do Senado. Todos os órgãos de governo eleitos pelo povo. Revogabilidade dos mandatos; 2) O Congresso deve exercer o poder supremo; 3) Todos os cidadãos com mais de 18 anos poderão votar e ser votados. Voto aos analfabetos e militares de “qualquer graduação”; 4) Estados, municípios e territórios terão autonomia política e administrativa com eleição de todos os órgãos de poder; 5) Inviolabilidade da pessoa humana e do domicílio. Ampla liberdade de pensamento, palavra, associação; 6) Abolição de todas as discriminações de raça, religião, nacionalidade e punição aos transgressores. Liberdade para instrução em língua materna; 7) Democratização das Forças Armadas; 8) Justiça rápida e gratuita com tribunais eleitos pelo povo; 9) Abolição de todas as desigualdades econômicas, sociais e jurídicas que ainda pesam sobre as mulheres. As mulheres terão direitos iguais aos homens em caso de herança, casamento, divórcio, profissão, cargos públicos etc.; 10) Ajuda e proteção especial às populações aborígenes e defesa de suas terras. Os indígenas terão direito a organização livre e autônoma; 11) Ampla reforma tributária.<sup>32</sup>

## Campanhas e resultados eleitorais

ALÉM DA CAMPANHA pela plataforma de um “regime político democrático e popular” apresentada acima, os comunistas desempenharam papel insubstituível na ampliação dos limites da democracia classista em pelo menos dois aspectos práticos: no alistamento, organização e mobilização de novos eleitores nos locais de trabalho e moradia e, como já apontado, no lançamento de candidaturas operárias e populares.

Em maio de 1954, o PCB lançou campanha nacional pela inclusão de meio milhão de novos eleitores ao universo dos votantes, entre os quais 120.000 em São Paulo, 40.000 em Minas Gerais e 60.000 no Distrito Federal.<sup>33</sup> Não é possível aferir, mas apenas estimar, o impacto de tal campanha. O eleitorado brasileiro era integrado por 15.104.604 votantes, um milhão de eleitores a mais representaria um crescimento da ordem de 6,6%. Qual teria sido o êxito real da campanha? Metade do almejado? Um terço? E qual a distribuição por estados? Considerando os cálculos de Chilcote de que o PCB teria, em 1954, entre 50 e 80 mil militantes e cerca de 250 mil simpatizantes, não é fora de propósito supor que pelo menos metade da meta de um milhão de alistamentos possa ter sido atingida.<sup>34</sup>

Em junho a campanha talvez estivesse fraca, ou merecesse a preocupação dos dirigentes. É o que se deduz do artigo de Maurício Grabois, avaliando ser pequeno, ainda, “o

32 Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, p. 4, 2 jan. 1954.

33 Divisão político-administrativa criada pela Constituição de 1891, o Distrito Federal situava-se no território do atual município do Rio de Janeiro. Foi transferido para o Planalto Central em 1960.

34 CHILCOTE, op. cit., p. 182.

alistamento por nós realizado, fraca também é a propaganda dos candidatos comunistas e dos nossos aliados, poucas são as iniciativas para organizar os movimentos de frente única eleitoral”. Embora condenando a “mentalidade abstencionista, revelada em sua plenitude no pleito eleitoral de 1950 e, posteriormente, nas eleições municipais de S. Paulo e na escolha do prefeito da capital paulista”, o dirigente concluía com otimismo: “Podemos obter uma grande votação e eleger muitos candidatos comunistas e de nossos aliados, o que terá uma grande repercussão política como demonstração do prestígio e da força do PCB”.<sup>35</sup>

A campanha pelo alistamento eleitoral mostrou-se persistente e meticulosa em suas orientações. Em março de 1954, visando o objetivo de “derrotar Vargas e conquistar a vitória dos candidatos do povo”, foi proposto:

- a) Convencer as pessoas desiludidas com os resultados e consequências das eleições anteriores de que elas devem voltar às urnas para eleger os candidatos comunistas e seus aliados;
- b) Alistar em todo o país novos milhões de eleitores, esclarecê-los, ajudá-los e guiá-los para que usem conscientemente o direito do voto.<sup>36</sup>

Após convocar a militância para a abertura do “maior número possível de postos eleitorais, em todas as cidades, vilas e povoados”, o jornal desce a detalhes: “No posto não podem faltar papel almaço para requerimentos, caneta, tinta, mata-borrão. É preciso ter sempre à mão o modelo de requerimento, o Código Eleitoral e o Diário da Justiça, Seção Eleitoral, para ajudar os eleitores em todas as questões”.<sup>37</sup>

Em outra matéria, além de salientar que não se tratava de um alistamento do tipo *ex officio*, o *Voz Operária* orienta como lidar com eleitores com dificuldades de escrita:

A finalidade do posto não é alistar o candidato a eleitor, mas sim guiá-lo, orientá-lo, para que se aliste.

O alistamento far-se-á mediante um requerimento do próprio punho (...)

A assistência a esse requerimento é muito importante. Frequentemente acontece que o candidato a eleitor, embora alfabetizado, escreve com muitos erros e com dificuldade (...) O requerimento não deverá conter rasuras nem correções. Para conseguir isso, o encarregado do posto deverá deixar o interessado à vontade e ter a necessária paciência.

(...)

O título recebido deverá ser, imediatamente, entregue ao eleitor para que o use, de acordo com a sua consciência, nas próximas eleições.<sup>38</sup>

Se o requerente não possuir certidão de nascimento, ser-lhe-iam pedidas as indicações necessárias para obtê-la no Cartório de Registro Civil. As certidões para esse fim eram

35 GRABOIS, Maurício. A campanha eleitoral – uma grande tarefa. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, p. 13, 5 jun. 1954.

36 Cada posto eleitoral: uma fortaleza para derrotar Vargas e conquistar a vitória dos candidatos do povo. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, p. 11, 20 mar. 1954.

37 Idem.

38 Um posto eleitoral em cada bairro, cada cidadão um eleitor. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1954. Suplemento Eleitoral, p. 2 e 3.

gratuitas. O requerente deveria assinar uma procuração do próprio punho para que o posto acompanhasse o processo eleitoral e retirasse o seu título, poupando assim o tempo do eleitor.<sup>39</sup> O jornal não se limitava a orientar o procedimento para a abertura de postos eleitorais; queria, também, que seus militantes fossem onde o povo estava:

Além dos postos volantes, podem e devem ser preparados alistadores, que procurem todos os que precisam dos serviços eleitorais do posto. Munido de fórmulas de requerimento, caneta-tinteiro e preparado para resolver todas as questões, o alistador atua nos locais de trabalho, nos cafés, residências etc.<sup>40</sup>

Embora não seja possível discriminar do crescimento do eleitorado a parte devida aos esforços da militância comunista, o certo é que a quantidade de brasileiros e brasileiras aptos a votar cresceu 30% de 1950 para 1954 no Brasil e 35% em São Paulo, enquanto a população crescia 8,7% no país e 9% no estado de São Paulo.

Outro aspecto básico das campanhas políticas que, nas práticas do PCB, era resolvido com mobilização e participação dos eleitores, era o de seu financiamento, como fica evidente no *Suplemento Dominical do Notícias de Hoje*, jornal pecebista, de 12 de setembro de 1954. Naquela edição foi lançada a ambiciosa “Campanha Estadual de 15 milhões de cruzeiros destinados a eleger os candidatos patriotas e derrotar os entreguistas” e afirmado um princípio: “É o próprio povo quem financia suas atividades eleitorais, sua propaganda, tudo o que diz respeito à campanha para o grande pleito de outubro”.<sup>41</sup> O candidato a deputado estadual e dirigente do PCB Fued Saad, entrevistado, traça a estratégia para a arrecadação: “visitar os moradores de um bairro, de uma rua, de uma vila, pedir um dia, meio dia, uma hora do salário aos trabalhadores de todas as empresas, ir às feiras e apelar às donas de casa e aos feirantes; correr as lojas das ruas comerciais, visitar industriais...”.<sup>42</sup>

Quanto às campanhas, cabe dizer que os nomes de candidatos da Panela Vazia variam conforme a fonte: *Voz Operária*, *Notícias de Hoje*, *Diário da Noite* ou o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* apresentam listas um pouco diferentes. Foram lançados cerca de dezenove aspirantes a postos legislativos, sendo que apenas nove concorreram efetivamente, os demais foram indeferidos ou não chegaram a se registrar. Conclui-se que o êxito da campanha foi significativo, pois foram eleitos cinco candidatos: dois deputados federais, Leônidas Cardoso e Abguar Bastos, e três estaduais, Rocha Mendes, Ralph Zumbano e Ariel Tommasini. Reportagem do *Correio da Manhã* chegou a noticiar que a “Panela Vazia” carregou o PTB.<sup>43</sup>

O perfil operário e popular de muitas campanhas pode-se aferir pelas informações disponíveis sobre algumas delas. Rosária Messias Amado, por exemplo, candidata a

39 Idem.

40 Cada posto eleitoral: uma fortaleza para derrotar Vargas e conquistar a vitória dos candidatos do povo. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, p. 11, 20 mar. 1954.

41 Pelo congelamento de preços, contra a carestia, votai nos candidatos da Panela Vazia. **Notícias de Hoje**, São Paulo, 12 set. 1954. Suplemento Dominical, p. 1. Considerando que o salário mínimo em setembro de 1954 em São Paulo era de Cr\$ 2.299,00, a meta equivalia a mais de 6 mil salários mínimos.

42 Idem.

43 A ‘Panela Vazia’ carrega o PTB de São Paulo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 12, 6 out. 1954.

deputada estadual pelo PTB, com o registro indeferido pelo TRE, foi apresentada por *Notícias de Hoje* como liderança que se revelara “na grande greve de março-abril do ano passado, uma defensora intransigente dos anseios de suas companheiras tecelãs”. Outra candidata, Helena Guimarães, é identificada como “dona de casa, cujas atividades não se limitam à cozinha: de há muito sua preocupação suprema é a situação da mulher que trabalha, da mulher operária e camponesa”.<sup>44</sup> Mais um exemplo: José de Araújo Plácido, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, é apresentado como “o metalúrgico que desafiou o doutor”, e suas credenciais são a própria vida profissional como operário: “Trabalhou na Nitro Química, na Celosul-Matarazzo, no Moinho Santista da Quarta Parada e na Metalúrgica Matarazzo”.<sup>45</sup> Salta aos olhos que, em sua propaganda eleitoral, pelo menos as candidatas e candidatos vinculados aos movimentos populares e sindicatos não se apresentam como representantes da linha partidária, mas enfatizam credenciais de membros de sua classe, presentes em suas experiências coletivas mais importantes, como as greves e a vida nas fábricas.

Esse caráter de um partido próximo à experiência popular nos bairros e distante da rigidez da linha política da direção aparece também no registro policial sobre um comício realizado no largo da Lapa, às 20 horas do dia 7 de agosto de 1954. No evento, o discurso político dividiu espaço com a festa cívica e popular, o desfile de uma escola de samba e de clubes de futebol de várzea, o concurso do clube mais popular, e juntou cerca de 3 mil pessoas.

O povo foi convidado por bandas de música que desfilaram pelas ruas do bairro em cima de um caminhão. Além das bandas,

Vários clubes de futebol desfilaram com fardamento em homenagem aos candidatos populares, havendo um concurso durante o comício para eleger o clube mais popular do bairro, tendo oferecido a este uma taça. O clube escolhido foi o Glorioso Futebol Clube da Vila Brasilândia, que compareceu ao local com uma escola de samba.<sup>46</sup>

O palanque foi armado na carroceria do próprio caminhão e ornado com vários cartazes com palavras de ordem: “Pelo congelamento de preços”, “Por mais salários e contra a carestia”, “Jejum forçado”, “Uma panela vazia”, “Carne com osso – 30,00 – pão – 10,00 – votem nos candidatos populares da Panela Vazia”, “Contra o racionamento de energia elétrica, pela defesa da indústria nacional, votem nos candidatos populares da Panela Vazia”, “Eleger os democratas e patriotas e derrotar os entreguistas”, entre outros. Os postes estavam decorados com fitas verdes e amarelas que, frisou o informante, “não continham dístico algum”. Após o comício, o caminhão-palanque transformou-se em palco, inclusive com cortinas, onde foi realizado *show* com a apresentação da escola de samba da Vila Brasilândia e do cantor Wilson Simon

44 Candidatos da Panela Vazia são os candidatos de todo o povo. **Notícias de Hoje**, São Paulo, 5 set. 1954. Suplemento Dominical, p. 1. É possível que Helena Guimarães fosse advogada da Federação das Mulheres do Brasil. A candidatura, apesar de anunciada, chegou a ser registrada no TRE.

45 Candidatos em desfile – o metalúrgico que desafiou o doutor. **Notícias de Hoje**, São Paulo, p. 8, 26 ago. 1954.

46 Dossiê Dops 30-B-232, f. 429.

[sic], autor de músicas como “Carestia” e “Vagalume”.<sup>47</sup> Na abertura do comício, o discurso do advogado, escritor e procurador judicial do estado José Ortiz Monteiro, simpatizante do PCB, afirmava a estratégia política da Coligação Eleitoral pelo Progresso de São Paulo:

A Coligação Eleitoral tem por objetivo lutar pela carestia [sic], tem por objetivo lutar pelos problemas nacionais, tem por objetivo unir todos aqueles que tenham coragem de se unir e transformar esta campanha em uma campanha de redenção nacional. A Coligação Eleitoral foi organizada por patriotas, não vendo o seu credo político ou filosófico, mas sim para orientar o povo a fazer com que o povo vote nos candidatos populares, os verdadeiros patriotas.<sup>48</sup>

Os dados eleitorais referentes ao desempenho dos candidatos do PCB podem ser organizados e lidos de diversas maneiras. Optamos por tomar a metodologia empregada por Simão para as eleições de 1947 como referência para analisar o impacto da cassação do registro do PCB e de seus parlamentares sobre seu poder de orientação do voto proletário em 1954. Apesar de apenas aproximativo, consideramos o exercício válido, desde que feitas algumas ressalvas: o eleitorado cresceu 47,18% na capital; o sistema partidário mudou, com a proibição do PCB, a participação do PSB com bandeira própria e não mais como “Esquerda Democrática”; o surgimento de três novas siglas “populistas”: Partido Trabalhista Nacional (PTN), PRT e PST; e a densidade operária das zonas concebidas por Simão deve ter se alterado. A metodologia aqui adotada consiste em comparar os votos dados às legendas do PCB e PTB em 1947, segundo o estudo de Simão, com os conferidos ao PTB e PSB, em 1954, na Primeira Zona Operária da capital, a mais populosa e representativa, em oposição aos votos recebidos pelos “outros” partidos, seguindo, também aqui, a sugestão de Simão. A diferença é que, para 1954, também aferimos, separadamente, os votos dos novos partidos populistas (PST, PTN e PRT).

1ª zona eleitoral operária – Votação		
	1947	1954
	%	%
PCB	32,5	-
PTB	24,8	19,24
Total PCB+PTB	57,3	-
Outros 1947 <sup>49</sup>	42,6	-
PTB+PSB		27,4
Outros - total 1954 <sup>50</sup>		72,5
Outros - “tradicionais” 1954 <sup>51</sup>		49,2
Outros - populistas 1954 <sup>52</sup>		23,2

47 O autor do relatório do Dops confundiu o nome do compositor, que na verdade, chamava-se Vitor Simon. Possivelmente confundiu-se também com o nome da música “Panela Vazia”, mencionada como “Carestia”. As duas composições fazem crítica social, como se comprova nas letras. *Vagalume*: “Rio de Janeiro, cidade que nos seduz/ De dia falta água, de noite falta luz...”. *Panela Vazia*: “Falta gás no fogão/Falta luz no porão/Falta água na pia.../Fogo apagado, panela vazia”.

48 Ibidem.

49 Em 1947 eram PSP, UDN, PSD, Partido Republicano (PR), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido de Representação Popular (PRP) e Esquerda Democrática.

50 Em 1954 eram PDC, PSD/PR, PSP, PST, PRT, UDN e PTN.

51 Adotamos esta denominação para os “outros” já atuantes em 1947, com exceção da Esquerda Democrática, que deu origem ao PSB e do PRP, que não lançou candidatos à Câmara Federal em 1954. Portanto: PDC, PSD/PR, PSP e UDN.

52 Adotamos esta denominação para as siglas criadas entre as eleições de 1947 e 1954, geralmente originadas

Quaisquer que sejam as considerações específicas a serem feitas, parece evidente que ocorreu um verdadeiro realinhamento eleitoral, com um baque para as forças identificadas com o trabalhismo e o socialismo e um reforço das siglas tradicionais ou sem consistência política e programática fora do âmbito eleitoral.

## A repressão ao PCB como ataque à representação operária e popular, sujeito do regime democrático

DEPOIS DO *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, em agosto de 2016, estamos hoje mais atentos a diversas modalidades de quebra de dimensões fundamentais da ordem democrática sem necessariamente implicar uma mudança de regime. Pode-se dizer, com segurança, que a cassação do registro e dos mandatos dos parlamentares do PCB constituíram um golpe à democracia brasileira com motivação política e interesses de classe equivalentes aos que promoveram o *impeachment* de 2016. Esse fato foi claramente percebido por políticos e órgãos de imprensa contrários ao comunismo em 1947. O jornal conservador *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, publicou artigo em 8 de maio de 1947, assinado por um de seus diretores, o jornalista Rafael Corrêa de Oliveira, denunciando o cancelamento do registro do PCB como prenúncio de um novo golpe de Estado, como o de 1937, que implantara o Estado Novo.

Cogitava o articulista:

Não se pode negar que a atmosfera política é de grandes apreensões. Sabe-se que o simples acórdão suspendendo as atividades eleitorais dos comunistas não terá sentido prático se outras medidas complementares não forem tomadas. Mas estas medidas, que atingiriam as imunidades parlamentares e a liberdade de imprensa, não podem ser tomadas na vigência da Constituição. Por isso mesmo teríamos de ceder às exigências da conspiração antidemocrática, o Congresso votando o estado de sítio e a suspensão das garantias constitucionais. Daí à intervenção nos estados, à dissolução das câmaras e ao domínio da ditadura, o espaço seria de um simples salto de pulga.<sup>53</sup>

Um ano depois, também os mandatos dos parlamentares foram cassados em uma sessão tumultuada. O presidente da Casa Samuel Duarte, do PSD, a principal base parlamentar de apoio ao general Eurico Gaspar Dutra, foi acusado de agir de forma irregular e mesmo inconstitucional. O deputado Lino Machado, do conservador PR, por exemplo, denunciou que a audiência fora proibida de ocupar as galerias, segundo suas palavras, “impedindo que o povo viesse assistir à degradação que se pretende processar do próprio Parlamento que, se não se defender, desaparecerá”.<sup>54</sup> O deputado Café Filho, do Partido Social Progressista, liderado por Adhemar de Barros, denunciou a irregularidade da votação em bloco das 390 emendas ao projeto. Segundo o parlamentar: “É melhor, se isto acontecer, que se dissolva

ou reforçadas por rachas do PTB: PTN, PST e PRT.

53 A nova etapa da luta. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, p. 3, 8 jan. 1947.

54 Discurso do deputado Lino Machado na sessão de 8/1/1948. In: *Diário do Congresso Nacional*, p. 270, 8 out. 1948. Disponível em: DCD08JAN1948 (camara.gov.br). Acesso em: 19 fev. 2022.

a Câmara, antes que seja dissolvida por um processo imoral como este”. Afinal todas as 390 emendas foram rejeitadas em bloco em uma única votação.<sup>55</sup> O deputado Hermes Lima, da Esquerda Democrática, lembrou o artigo 213 da Constituição, que determinava que as imunidades de um parlamentar só poderiam ser suspensas mediante os votos de 2/3 da Câmara ou do Senado e que o Parlamento estava se preparando para cassar toda uma bancada com apenas a maioria simples de quórum.<sup>56</sup> O líder da União Democrática Nacional Prado Kelly, partido antitrabalhista, leu manifesto da bancada contra a medida. A mesma posição foi adotada pelo líder do PTB Gurgel do Amaral. Apesar de todos os protestos, a cassação dos mandatos foi votada e aprovada por 179 votos a 74.

A esmagadora maioria dos votos, 140, foi dada pela bancada do PSD, considerado equivocadamente por alguns cientistas políticos brasileiros como o fiador da democracia brasileira no pós-guerra. A UDN dividiu-se ao meio, 23 apoiando o projeto de lei e 23 votando contra, apesar da posição oficial de sua liderança.

Pode-se dizer que, ao contrário do que afirmaram os trabalhistas, a ação inaugural do processo que culminou com o golpe de 1964 não foi o suicídio de Vargas em 1954 e nem, como pretendem os analistas acadêmicos, o golpe do parlamentarismo em 1961, mas sim a cassação do registro do PCB em 1947 e de seus parlamentares em 1947/1948. Isto porque, como analisa Ernesto Semán para o caso argentino e latino-americano, com o assassinato de Eliécer Gaitán na Colômbia, em 1948, às vésperas da realização da Conferência Pan-Americana, onde se encontrariam Perón, Fidel Castro, então um líder estudantil radical, e o próprio Gaitán, para tratativas visando um movimento de “terceira via” trabalhista, nacionalista e industrializante, começou o processo de “internalização da Guerra Fria”.<sup>57</sup> Com a internalização da nova ordem no Brasil, o veto à participação político-eleitoral de candidatos de esquerda, vindos dos sindicatos e movimentos populares, foi se naturalizando, sob a alegação de serem comunistas e essa articulação, eleição após eleição, consolidou um bloco informal entre a imprensa, parte do Poder Judiciário, lideranças partidárias, parte das Forças Armadas, Igreja. Essa articulação iniciada em 1948, com a motivação do anticomunismo, tornou-se letal para a democracia em 1964.

Para a compreensão crítica desse processo, é necessário resgatar a relação entre regime político e relações sociais. Como afirma Ellen Meiksins Wood, abrindo um amplo arco de reflexão histórica, a democracia antiga surge na Grécia quando um sujeito coletivo, o cidadão-camponês, ganha *status* civil: “O antigo conceito de democracia surgiu de uma

55 Discurso do Deputado Café Filho na sessão de 7/1/1948. In: **Diário do Congresso Nacional**, p. 278, 8 out. 1948. Disponível em: DCD07JAN1948 (camara.gov.br). Acesso em: 19 fev. 2022.

56 Discurso do deputado Hermes Lima na sessão de 7/1/1948. In: **Diário do Congresso Nacional**, p. 278, 8 out. 1948. Disponível em: DCD08JAN1948 (camara.gov.br). Acesso em: 19 fev. 2022.

57 O historiador argentino Ernesto Semán argumenta que na América Latina, região de fraca influência da URSS em 1954, a Guerra Fria inicialmente representou um projeto dos EUA contra o nacionalismo. O “mantra” da Guerra Fria forneceu para as elites locais recursos simbólicos, políticos e materiais em sua procura de reacomodar seus interesses visando à contenção ou reversão da explosão de demandas sociais no pós-Segunda Guerra Mundial. Cf: SEMÁN, Ernesto. **Ambassadors of the working class**: Argentina’s international labor activists and Cold War democracy in the Americas. Durham: Duke University Press, 2017. p. 168-169.

experiência histórica que conferiu *status* civil único às classes subordinadas, criando, principalmente, aquela formação sem precedentes, o cidadão-camponês”.<sup>58</sup> No século XIX deu-se a separação entre a “democracia” e o *demos*, ou, como diz a autora, no mínimo pode-se dizer que ocorreu um “afastamento decidido do poder popular como principal critério de valor democrático”. A democracia que significava “exercício ativo do poder popular” passou a significar “gozo passivo das salvaguardas e dos direitos constitucionais e processuais”. Assim, “o conceito de democracia passou a ser identificado com liberalismo”. A democracia liberal é uma democracia classista e a preservação de interesses de classe e *status* precede a preservação do regime democrático, como restou evidente em 1964 e também no golpe parlamentar de 2016, ao abrir as portas para as reformas trabalhista e previdenciária. Por isso, o veto ao PCB em 1947 e a seus candidatos em todas as eleições seguintes foi o momento inaugural de uma democracia de limites restritos, não porque o PCB defendesse um projeto de socialismo democrático, mas porque representava, de forma mais radical que qualquer outro partido, a entrada, a presença e a luta por direitos da massa trabalhadora na política naquela conjuntura, representava o “*demos*” sem o qual a democracia definha.

Recebido em 22/04/2022

Aprovado em 17/08/2022

58 WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 177.